

MILHARES PERDERÃO EMPREGO

Julianna Sofia
Da equipe do **Correio**

OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS PODEM SE PREPARAR PARA MAIS UM ANO — O QUARTO CONSECUTIVO — SEM REAJUSTE SALARIAL. O PACOTE DE AJUSTE FISCAL ANUNCIADO ONTEM PELO GOVERNO ACABOU COM QUALQUER POSSIBILIDADE DE AUMENTO DE SALÁRIO — SEJA LINEAR OU DIFERENCIADO — PARA O FUNCIONALISMO EM 1998. A MEDIDA REPRESENTARÁ UMA ECONOMIA DE R\$ 1,5 BILHÃO NAS DESPESAS COM PESSOAL NO ANO QUE VEM E NÃO FOI A ÚNICA MÁ NOTÍCIA ENDEREÇADA AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.

Ao todo são 12 medidas que afetam diretamente a vida dos 1,2 milhão de servidores públicos federais ativos e inativos, o que resultará em uma redução de R\$ 2,1 bilhões nos gastos com o funcionalismo no próximo ano. A dose mais amarga sobrou para os funcionários não-estáveis (servidores admitidos sem concurso público entre 1983 e 1988). Dentro de dois meses, o governo começará a demitir 33 mil dos 55 mil não-estáveis que existem hoje na administração pública federal. O processo de exoneração deverá se estender por 18 meses.

Até o final desta semana, será publicado um decreto com as regras para essas demissões. O ministro da Administração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira, adiantou que os critérios serão objetivos, respeitando o princípio da impessoalidade. De acordo com o ministro, serão demitidos os servidores do suporte administrativo. Eles desempenham as chamadas atividades meio ou funções burocráticas.

“Serão preservadas as carreiras de Estado e também ficam de fora as que foram excluídas do PDV”, assegurou Bresser. O Programa de Demissão Voluntário (PDV), realizado no fim do ano passado, deixou de fora fiscais, auditores, advogados da União, médicos que trabalham em hospitais, en-

Jorge Cardoso 17.5.96



Cláudia Costin explicou que as demissões não podem começar imediatamente porque o governo precisa fazer uma revisão no seu cadastro de servidores

genheiros, procuradores, professores e policiais, entre outros cargos.

Entre os não-estáveis na lista negra do governo estão os agentes administrativos, exceto os do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) porque trabalham no atendimento ao público. “Quem ocupa cargo que pode ser terceirizado ou redistribuído de um órgão para outro poderá ser demitido”, disse o ministro.

A secretária-executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), Cláudia Costin, explicou que as demissões não podem começar imediatamente porque o governo precisa fazer uma revisão no seu

cadastro de servidores antes de iniciar o processo. Além disso, o governo quer se armar juridicamente para evitar uma avalanche de ações na Justiça provocada por servidores demitidos.

Cláudia afirmou que órgãos como a Fundação Nacional de Saúde, Fundação Nacional do Índio (Funai), Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Roquete Pinto (recentemente transformada em uma organização social) concentram grande número de não-estáveis. A secretária acrescentou que eles estão espalhados por todo o país.

Os servidores não-estáveis que vierem a ser demitidos terão direito a uma indenização, estabelecida em uma das medidas provisórias do pacote de ajuste fiscal lançado no final do ano passado, quando o governo ameaçou, pela primeira vez, demitir esse tipo de funcionário. O governo pagará um salário por ano trabalhado.

Os servidores públicos federais estão sem reajuste de salário desde janeiro de 1995, quando receberam um aumento de 22%. Nesse período, o governo só concedeu reajustes diferenciados para algumas carreiras, como advogado da União, oficiais de chancelaria, fiscais do Insti-

tuto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), servidores do grupo de informação do governo e analistas de orçamento e planejamento. A previsão para o ano que vem era de que fosse concedido um reajuste linear de 4%.

Para Bresser Pereira, o pacote de ajuste fiscal promovido pelo governo é duro, mas é uma forma de o país fazer frente “aos ataques de fora”. “Está se pedindo um sacrifício de toda a sociedade inclusive dos servidores”, comentou o ministro. “Remédios mais amargos, só se toma se for necessário”, justificou Cláudia Costin, referindo-se ao pacote.